

Vamos quebrar esse gelo!

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016 visa aprofundar o desmonte dos serviços públicos e legalizar a retirada de direitos constitucionalmente garantidos aos trabalhadores.

Congela os salários dos servidores públicos e suspende a realização de concursos por 20 anos



O recurso tirado das áreas sociais será usado para pagar juros e amortização da dívida pública

Retira da Constituição o limite mínimo obrigatório de investimentos em saúde e educação públicas

Se a regra prevista na PEC 241 já estivesse em vigência, as despesas realizadas em educação pública, que já não são suficientes, seriam ainda mais escassas. Estudo* mostra que, entre 2010 e 2015, a educação pública recebeu R\$ 401,9 bilhões. Com os cortes da PEC 241, seriam destinados apenas R\$ 153,8 bilhões nesses cinco anos. Veja o comparativo:

Despesa Realizada	Como seria com a PEC 241
2010 R\$ 46,8 bilhões	2010 R\$ 22,0 bilhões
2012 R\$ 67,2 bilhões	2012 R\$ 24,8 bilhões
2015 R\$ 75,6 bilhões	2015 R\$ 29,6 bilhões

* Estudo realizado pela subsede do DIEESE - Departamento de Estatística e Estudos Sócioeconômicos no ANDES - SN.